


Entrevista

Potencialidades da Abordagem do Ciclo de Políticas nas pesquisas sobre políticas educacionais – Entrevista com o Professor Jefferson Mainardes*


Potentials of the Policy Cycle Approach in research on Education Policies – Interview with Professor Jefferson Mainardes

Potenciales del Enfoque del Ciclo de Políticas en la investigación sobre Políticas Educativas – Entrevista con el Profesor Jefferson Mainardes


Jefferson Mainardes**

 <https://orcid.org/0000-0003-0401-8112>

Micheli Bordoli Amestoy***

 <http://orcid.org/0000-0002-5687-5311>

Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto****

 <http://orcid.org/0000-0001-6170-1722>

O Professor Dr. Jefferson Mainardes, natural da cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, cursou Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (1988), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (1995) e Doutorado em Educação pelo *Institute of Education/University College London* (IOE/UL) – Inglaterra (2004). É professor associado do Departamento de Educação da UEPG desde 1990, além de atuar como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) nos cursos de Mestrado e Doutorado da UEPG, do qual foi coordenador no período de 2011-2014. Em seu

* Esta entrevista faz parte de uma pesquisa de pós-doutorado intitulada “A BNCC e os sentidos da docência: efeitos no currículo e na formação/atuação de professores de ciências”, da entrevistadora, Micheli Bordoli Amestoy, sob a supervisão de Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto.

** Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). *E-mail*: <jefferson.m@uol.com.br>.

*** Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). *E-mail*: <micheliamestoy@gmail.com>.

**** Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail*: <luiz.neto@ufsm.br>.

currículo, percebe-se um vínculo permanente com a área da Educação, dedicando-se a pesquisas no âmbito das políticas educacionais e sobre a ética em pesquisa e integridade acadêmica.¹

Atualmente, é bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Nível 1B, sendo referência na área de Ciências Humanas e Sociais quanto ao debate sobre epistemologias da Política Educacional e sobre ética e integridade em pesquisa. Nesse aspecto, destaca-se seu protagonismo como integrante, desde 2015, do Comitê de Ética em Pesquisa e Integridade da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). De 2015 a 2020, foi *Honorary Senior Research Associate* do *Institute of Education* da *University College London*. Desenvolveu sua pesquisa de pós-doutorado no período de 2015 a 2016 no UCL/*Institute of Education* (Londres). Foi coordenador do Comitê de Assessoramento da área de Educação no CNPq (CA-ED – CNPq), de 2019 a 2021. Além disso, é membro do Comitê de Assessoramento da Fundação Araucária e da *Red Iberoamericana de Investigación en Integridad Académica Red-LA*. Foi membro do Comitê de Assessoramento do CNPq (2017-2020) – CA-Ed. Ocupa, ainda, a função de editor da Revista *Práxis Educativa* e da *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe).

Com relação às suas produções acadêmicas, possui livros autorais (Mainardes, 2007, 2009, 2010, 2021a) e organização de importantes coletâneas no âmbito das pesquisas em políticas educacionais (Ball; Mainardes, 2011, 2024a; Mainardes, 2021b; Mainardes; Stremel, 2020). As informações aqui descritas da trajetória acadêmica e profissional do professor Jefferson Mainardes comprovam o seu compromisso com a pesquisa na área da Educação e com a formação crítica de professores.

A Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP) tem se constituído em um referencial teórico-analítico importante para a análise tanto de programas quanto de políticas educacionais, permitindo análises políticas desde a sua formulação inicial até a implementação/atuação política. Nesse sentido, a escrita deste texto destina-se a discutir as contribuições da ACP, suas possibilidades, críticas e limitações para a análise de políticas educacionais, a partir de uma entrevista realizada com o professor e pesquisador Jefferson Mainardes, estudioso e referência desse método de análise e responsável pelas traduções e principais publicações na área no Brasil.

A entrevista a seguir apresenta um diálogo sobre o potencial da ACP no processo de análise de políticas educacionais, além de ser uma oportunidade de apresentar e socializar aspectos importantes que abarcam essa abordagem teórico-metodológica bem como os seus desafios. Cabe destacar que as referências que seguem nas respostas a seguir foram adicionadas pelo entrevistado na etapa de revisão da entrevista.

Entrevistadores: Como foi o seu primeiro contato com a Abordagem do Ciclo de Políticas?

Jefferson Mainardes: Conheci a Abordagem do Ciclo de Políticas (*Policy Cycle Approach*) no ano de 2001, quando estava fazendo o Doutorado no *Institute of Education*, da *University of London*. Estava elaborando uma tese sobre uma política de organização da escolaridade em ciclos em uma rede municipal do estado do Paraná. Minha orientadora, Professora Sally Power, indicou a leitura de referenciais teóricos para a análise de políticas. Na época, analisei uma variedade de perspectivas. Quando tive contato com a Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), considerei que seria a melhor alternativa. Como estava no *Institute of Education*, tinha acesso a todos os livros e periódicos que

¹ As informações do entrevistado foram retiradas de seu Currículo Lattes, que pode ser consultado em: <http://lattes.cnpq.br/1869253922319886>. Acesso em: 28 out. 2024.

tratavam dela. Foi nesse período que conheci o Prof. Stephen J. Ball, que ocupava a Cátedra Karl Mannheim de Sociologia da Educação.

E: E como foi utilizar essa abordagem em sua pesquisa?

JM: O resultado foi muito positivo. No referencial teórico-epistemológico da tese, busquei articular a teoria de Basil Bernstein (teoria da estruturação do discurso pedagógico) com a ACP. A teoria de Bernstein auxiliou a demonstrar a complexidade da natureza da política de ciclos (como um tipo de pedagogia invisível), e a ACP auxiliou na análise do processo de formulação e atuação da política. Após a defesa, escrevi um artigo sobre a ACP, que foi publicado na revista *Educação & Sociedade*, em 2006. Posteriormente, traduzi alguns artigos e, pela Editora UEPG, obtivemos a licença para traduzir dois livros de Ball (*Educação Global* e *Como as escolas fazem as políticas*). A partir da aproximação de Bernstein e Ball, bem como de outras teorias, interessei-me pelo pluralismo como perspectiva epistemológica e publiquei artigos e capítulos sobre essa temática.

E: Quando você escreveu o artigo publicado na revista *Educação & Sociedade* (2006), tinha ideia de que teria o impacto que ele tem hoje?

JM: Não tinha ideia. Quando estava trabalhando na tese, descobri que alguns pesquisadores/as brasileiros/as já utilizavam as ideias de Stephen J. Ball e a ACP. Descobri que as professoras Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo e pós-graduandos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) estavam utilizando a ACP e outras ideias de Ball. Descobri também que já havia textos de Ball traduzidos e publicados no Brasil, desde o final da década de 1990. Na época, julguei que seria importante um artigo, em português, que apresentasse a ACP. Atualmente, o artigo possui mais de 1.800 citações e sempre recebo *e-mails* de pesquisadores/as que têm informações complementares. Durante a pandemia, diversas atividades *online* foram realizadas. Algumas delas estão disponíveis na internet.

E: E como você avalia o uso da ACP no Brasil nos tempos atuais, quase 20 anos depois do artigo?

JM: Em 2018, foi publicado, no *Jornal de Políticas Educacionais*, o artigo “A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional”, no qual faço uma breve avaliação. Eu penso que a ACP auxiliou os/as pesquisadores/as a organizarem melhor as pesquisas, a partir de um modelo não linear que foi formulado justamente para romper com os modelos lineares na análise de políticas. Há muitas pesquisas bem conduzidas, que têm resultado em análises coerentes. No entanto, em muitas pesquisas, o uso da ACP é bastante limitado. A ACP é usada como um método, mas de forma acrítica. Ela é utilizada como uma ferramenta metodológica, com pouca teorização e reflexão crítica. Em uma tentativa de síntese, algumas questões podem ser apontadas. Em primeiro lugar, a ACP está muito articulada à sociologia crítica das políticas educacionais (Molla, 2024). Nesse modelo de pesquisa, alguns pontos são cruciais: a análise crítica das políticas e de suas consequências para classes sociais distintas e as relações de poder envolvidas nas políticas. Muitas vezes, essas questões não aparecem nas pesquisas, e penso que essa seja a principal dificuldade. Em segundo lugar, é preciso considerar que a ACP se baseia em uma perspectiva epistemológica pós-estruturalista, e isso requer a compreensão dessa perspectiva e de suas implicações na pesquisa. É importante que as teorias específicas sobre a política investigada possam ser aproximadas ao pós-estruturalismo e às teorias do discurso. As possibilidades de combinação são muito amplas, mas complexas. Este aspecto relacionado à perspectiva pós-estruturalista tem sido relegado a segundo plano em muitas pesquisas que utilizam a ACP. Em parte, isto se deve à complexidade dessa perspectiva epistemológica, bem como ao pouco domínio de questões teórico-epistemológicas ou ético-ontoepistemológicas. Um terceiro aspecto se refere ao fato de que a ACP demanda uma série de pesquisas para dar conta dos contextos (de influência, produção do texto e da prática). Isso envolve a realização de diversas

pesquisas dentro de uma, requerendo mais tempo para a coleta/produção de dados, bem como para a análise e interpretação desses dados. Em quarto lugar, é importante acompanhar as produções de Stephen J. Ball e incorporar a teoria da atuação (*policy enactment*), apresentada por Ball, Maguire e Braun (2021) e a etnografia de redes. A teoria da atuação contribui sobremaneira para a pesquisa sobre o contexto da prática (Mainardes, 2022b). A etnografia de redes é útil para analisar a formulação da política, a produção dos textos e o contexto da prática (Avelar; Ball, 2023; Ball; Mainardes, 2024b). O emprego dessa variedade de conceitos e de teorias é um desafio para os pesquisadores. Em quinto lugar, costumo dizer que a ACP é apenas aparentemente simples. Na realidade, ela é complexa e envolve uma ampla coleta de dados e múltiplas análises. A ACP não oferece um caminho simples ou soluções fáceis. Esses cinco pontos são importantes, mas a ausência da análise crítica de políticas e a dificuldade em trabalhar com a perspectiva pós-estruturalista são os pontos mais preocupantes.

E: Quais as principais dificuldades para se fazer a análise crítica?

JM: Creio que há um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, os referenciais teóricos específicos para a análise da política pesquisada muitas vezes são constituídos por teorias de “gramática fraca” (conceito proposto por Basil Bernstein), por discursos horizontais, que oferecem poucos elementos para a descrição e análise dos objetos empíricos. Em segundo lugar, a análise crítica pressupõe assumir autoposicionamentos. Nem sempre temos condições para o desenvolvimento de autoposicionamentos e assumi-los, muitas vezes, envolve os riscos de “dizer a verdade”. Em terceiro lugar, embora existam pesquisas bem conduzidas, muitas produções são aligeiradas e carecem de aprofundamento, em termos ético-ontopistemológicos e metodológicos. Um quarto problema parece ser a dificuldade com a redação acadêmica, a dificuldade de elaborar sínteses e a tendência à elaboração de trabalhos mais descritivos (Mainardes; Tello, 2016). As dificuldades com a linguagem escrita limitam as possibilidades de análises, de formulação de ideias mais originais e de desenvolvimento de argumentos mais sólidos. A questão da argumentação tem sido uma das questões sobre as quais tenho refletido e explorado nas aulas, principalmente no Doutorado em Educação da UEPG e em minicursos e seminários em outros Programas de Pós-Graduação. Creio que se faz necessário investir mais na formação de autores

E: A ACP foi formulada na década de 1990. Você a considera ainda atual?

JM: Sim, é ainda atual, mas considero importante incorporar novas discussões, tais como a teoria da atuação, as redes políticas, a etnografia de redes, bem como a mobilidade das políticas, os avanços do neoliberalismo e seus mecanismos multifacetados: o mercado, a gestão e a *performance* (Ball; Mainardes, 2024b). É interessante destacar que o Brasil é o país que mais tem empregado a ACP como um método completo de análise de políticas. Em outros países, há menções à ideia do ciclo de políticas, dos seus contextos, dos conceitos de política como texto e como discurso, mas poucos pesquisadores a utilizam como um método para a análise de políticas. Esse fato aumenta a nossa responsabilidade de aprofundar o estudo sobre a ACP.

E? Como a ACP pode ser compreendida em termos epistemológicos? Há uma relação com a perspectiva pluralista?

JM: Em uma entrevista, publicada em 2009, Ball definiu a ACP como um método para a análise de políticas (Mainardes; Marcondes, 2009). Na sua configuração inicial, a ACP fundamenta-se na perspectiva epistemológica pós-estruturalista. A ACP é um método de análise de políticas e, simultaneamente, possui elementos teóricos importantes, tais como a política como texto e a política como discurso. A fundamentação pós-estruturalista está presente, por exemplo, em “*What is policy? Texts, trajectories and toolboxes*” (Ball, 1993) e que foi incluído no livro *Education Reform* (Ball, 1994). Antes de expor a ACP, Ball definiu os conceitos de política como texto, política como

discurso e os efeitos das políticas. Em minha experiência, considero que a perspectiva pluralista emerge pelo fato de que há necessidade de uma teoria específica para fundamentar a pesquisa investigada. Isso envolve o que McLennan (1996) chama de “teorização combinada”, o que nos remete ao pluralismo. A combinação de perspectivas é complexa e requer muito estudo, reflexão e vigilância epistemológica. Um aspecto importante da ACP é que ela é uma proposta heurística. Isso quer dizer que não é uma proposta fechada, mas, ao contrário, envolve criatividade e inventividade. A criatividade e a inventividade podem ser utilizadas em todo o processo, inclusive na definição da perspectiva teórico-epistemológica (ou ético-ontoeπισtemológica) que orienta a pesquisa.

E: Os contextos da influência e da produção de texto costumam ser os mais explorados nas pesquisas. Em sua opinião, por que o contexto da prática, algumas vezes, é deixado de lado?

JM: Eu considero muito produtivo quando os três contextos são abordados. É um estilo de pesquisa que requer tempo, recursos e acesso às escolas, aos professores e às salas de aula. A pesquisa no contexto da prática é essencial para compreender uma política e seus resultados/efeitos. No Brasil, há algumas experiências de pesquisa em rede, envolvendo vários pesquisadores, o que pode contribuir para ampliar a base de dados. A meu ver, a pesquisa no contexto da prática oferece muitos elementos para a compreensão mais ampliada da política investigada, bem como de suas consequências, limitações, seus aspectos positivos ou negativos.

E: Por que o contexto dos resultados/efeitos e o contexto das estratégias políticas não geraram tantas análises e tanta repercussão nas pesquisas?

JM: Em 1994, Ball propôs os contextos de resultados/efeitos e o contexto de estratégia política. Posteriormente, em 2007, passou a considerar que esses dois contextos poderiam ser abordados dentro de outros. O contexto dos resultados/efeitos está relacionado ao contexto da prática. O contexto da estratégia política está relacionado ao contexto de influência, na medida em que os grupos podem influenciar o processo de formulação ou reformulação de políticas. Para compreender essa mudança, é importante ler a entrevista com o Professor Ball, publicada em 2009 (Mainardes; Marcondes, 2009). Na prática, penso que os resultados/efeitos estão relacionados não somente ao contexto da prática, mas aos três contextos primários e a uma série de fatores contextuais. No início dos anos 2000, quando utilizei a ACP na minha tese de Doutorado (Mainardes, 2004, 2007), utilizei os cinco contextos. O resultado foi positivo e a pesquisa foi bem exhaustiva. O que Ball passou a argumentar posteriormente faz sentido também, e é possível abordar esses contextos de forma mais articulada. O contexto da estratégia política indica que o pesquisador pode refletir sobre atividades sociais e políticas necessárias para lidar com as desigualdades geradas ou reproduzidas pelas políticas. Entendo que uma das possibilidades é delinear implicações para as práticas e para as políticas. Particularmente, gosto da ideia de que as pesquisas podem delinear possíveis implicações práticas. É importante destacar que essa compreensão não é consensual no campo da sociologia das políticas educacionais. Ball, por exemplo, atualmente, critica o que ele chama de “tirania das alternativas” (Ball, 2021, p. 391). Autores, como Glenn Savage, Tebeje Molla, entre outros, destacam que os pesquisadores precisam problematizar, teorizar e, na medida do possível, indicar como as práticas poderiam ser melhores. Em um artigo que foi traduzido e publicado na *Práxis Educativa*, em 2022, Glenn Savage e colegas dizem que o ato inevitavelmente político de pesquisa significa que é complicado ver a problematização como uma forma preferível de crítica à construção de soluções. Para eles, a problematização deve ser vista como parte integrante da formulação crítica de soluções para aqueles que optam por engajar-se em tal trabalho, e a “formulação de soluções não deve ser vista como necessariamente acrítica” (Savage *et al.*, 2022, p. 5-6). Creio que, para o contexto brasileiro, não podemos nos omitir com relação às alternativas que possam contribuir para melhorar o nosso contexto. De minha parte, algumas publicações foram elaboradas para buscar contribuir para melhores práticas, como é o caso do livro

“Alfabetização e prática pedagógica: trajetórias & vivências” (Mainardes, 2021a) e que tenho utilizado em atividades formativas com professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em algumas redes de ensino. Costumo refletir que os resultados de nossas pesquisas devem resultar em contribuições práticas. Nesse caso, é fundamental que nossas pesquisas envolvam os docentes e demais profissionais que atuam nas escolas. Algumas dessas reflexões estão em um artigo “Contribuições da perspectiva ético-ontopistemológica para a pesquisa do campo da Política Educacional (Mainardes, 2022a) e também na autoentrevista que está no livro *Alfabetização e prática pedagógica* (Mainardes, 2021a).

E: Outra importante contribuição teórico-metodológica para os estudos desse campo no Brasil está no livro *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*, de Ball, Maguire e Braun (2021). Os autores utilizam o conceito de atuação da política (*policy enactment*), que consiste no processo de interpretação, reinterpretação, tradução, criação e recriação das políticas realizadas por diversos atores sociais que colocam a política em ação no cotidiano da escola. A ideia de atuação *versus* implementação é ainda um desafio. De que forma você acredita que a teoria de atuação contribui e complementa a análise das políticas educacionais, já iniciada na abordagem do ciclo de políticas?

JM: A teoria da atuação contribui muito para a pesquisa do contexto da prática, por meio dos conceitos de tradução e interpretação, dimensões contextuais (contextos situados, culturas profissionais, contextos materiais e contextos externos) e atores de políticas (narradores, empreendedores, pessoas externas, negociantes, entusiastas, tradutores, críticos e receptores). A análise das dimensões contextuais permite uma síntese dos achados da pesquisa. É importante destacar o papel dos críticos das políticas e a fundamentação da teoria da atuação (Teoria de Foucault, Barthes, sociologia crítica das políticas). A teorização sobre a atuação das políticas entrelaça três facetas constituintes do trabalho com políticas e do processo da política – *o material, o interpretativo e o discursivo*. Para os autores, todos são necessários. O pesquisador que deseja empregar a teoria da atuação precisa compreender essa teoria e ver todas as possibilidades de criação de políticas no contexto da escola, algo complexo na realidade atual, marcada pela redução drástica da autonomia das escolas e do trabalho docente e pela era da padronização e da plataformização. Vale a pena ler o prefácio da segunda edição brasileira do livro *Como as escolas fazem as políticas*, escrito por Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo, cujo título é “Em defesa das escolas como produtoras de políticas”, e textos que foram desdobrados a partir dessa ideia (Mainardes; Stremel, 2021). Um aspecto que considero importante é a pesquisa na escola e nas salas de aula. No conjunto de pesquisas que utilizam a abordagem do ciclo de políticas, ainda são poucas aquelas que envolveram a pesquisa nas salas de aula. Quando o/a pesquisador/a reúne dados de salas de aula, certamente terá evidências mais concretas sobre as consequências das políticas para os estudantes, docentes e demais profissionais que atuam na escola. Uma questão importante da abordagem do ciclo de políticas e da teoria da atuação é o papel ativo dos sujeitos e a necessidade imperiosa de ouvir as pessoas envolvidas na atuação das políticas. Quando envolvemos as pessoas, diversas possibilidades podem ser exploradas e diversas histórias podem ser reveladas.

E: Os conceitos de *atuação, atores sociais e performance* são muito presentes nos textos de Stephen Ball. O que significam e qual a relevância desses conceitos?

JM: São conceitos importantes. Eles ajudam a compreender as políticas educacionais atuais e suas consequências para as pessoas e para a sociedade. O conceito de atuação foi proposto para substituir a ideia de implementação. Os sujeitos são ativos no processo de atuação das políticas. O conceito de atores das políticas é amplo e se refere a todos os envolvidos nas políticas. Os diferentes atores possuem posições distintas, incluindo a indiferença e a evitação. Há também os entusiastas, os tradutores e os críticos. A performatividade, para Ball, é uma tecnologia, uma cultura e um modo

de regulação, um sistema que implica julgamento, comparação e exposição, tomados, respectivamente, como formas de controle, de atrito e de mudança. A *performance* de sujeitos individuais ou organizações serve como medida de produtividade ou resultado, como forma de apresentação da qualidade ou momentos de promoção ou inspeção. A performatividade dá um valor exacerbado para *rankings*, índices e estatísticas. A pesquisa no contexto da prática pode ser útil para desmistificar tais resultados. É interessante que, ao longo do tempo, os docentes e demais envolvidos que atuam nas escolas, os pais, a mídia e a sociedade em geral acabam por assimilar as estratégias de performatividade como válidas, de forma acrítica. No caso brasileiro, a valorização do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), como indicador de qualidade e não como apenas um de seus indicadores, ilustra essa assimilação. Na prática, na sala de aula, os resultados são muito mais complexos.

E: A ACP pode ser utilizada para a análise de qualquer política? No campo das Políticas Educacionais, a educação e o ensino de Ciências têm uma trajetória recente dentro dessas análises. De que forma você acredita que estudos utilizando a ACP e a atuação das políticas, no campo das Ciências da Natureza, podem contribuir em melhorias nas pesquisas e na área?

JM: A ACP tem sido utilizada em diferentes áreas. Como já dito, é um instrumento heurístico, com diversas possibilidades. Creio que pode contribuir para as pesquisas sobre políticas para o ensino de Ciências e outras áreas. É sempre importante lembrar a proposição de Ball (1994) com relação à importância de o pesquisador ter claro o que compreende como política e como Política Educacional. A forma como o pesquisador as concebe influencia em todo o processo de pesquisa. No caso de Ball, a política é feita com influências de várias ordens, em um contexto caótico e desordenado de disputas. O processo de formulação de políticas não é racional, organizado como algumas vezes supomos.

Agradecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGECI) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e ao professor Jefferson Mainardes pela entrevista concedida.

Referências

AVELAR, M.; BALL, S. Network ethnography: shifting perspectives and approaches to make sense of education governance. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, e22640, p. 1-14, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.22640.084>

BALL, S. J. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. **Discourse, Studies in the Cultural Politics of Education**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 10-17, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1080/0159630930130203>

BALL, S. J. **Education reform: a critical and post structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J. Response: policy? Policy research? How absurd. **Critical Studies in Education**, [s. l.], v. 62, n. 2, p. 387-393, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/17508487.2021.1924214>

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução: Janete Bridon. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (org.). **Pesquisa em políticas educacionais: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2024a.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. Tendências atuais dos estudos de Políticas Educacionais. *In*: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (org.). **Pesquisa em políticas educacionais: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2024b. p. 11-15.

MAINARDES, J. **Moving away from a graded system: a policy analysis of the Cycles of Learning Project (Brazil)**. 2004. Thesis (PhD in Education Policy) – Institute of Education, University of London, 2004. DOI: <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.2190.3840>

MAINARDES, J. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MAINARDES, J. **A escola em ciclos: fundamentos e debates**. São Paulo: Cortez, 2009. (Questões de Nossa Época v. 137).

MAINARDES, J. **Moving away from a graded system: a policy analysis of the Primary Education organized in cycles in Brazil**. Saarbrücken: Lambert Academic Publishing, 2010.

MAINARDES, J. **Alfabetização e prática pedagógica: trajetórias & vivências**. Curitiba: Editora CRV, 2021a.

MAINARDES, J. (org.). **Metapesquisa no campo da política educacional**. Curitiba: Editora CRV, 2021b.

MAINARDES, J. Contribuições da perspectiva ético-ontopistemológica para a pesquisa do campo da política educacional. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 30(146), 3-21, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.7436>

MAINARDES, J. Contribuições da teoria da atuação para a pesquisa em Políticas Educacionais. *In*: FÁVERO, A. A.; TONIETO, C.; CONSALTÉR, E.; CENTENARO, J. B. (org.). **Leituras sobre a pesquisa em Política Educacional e a teoria da atuação**. Chapecó: Livrologia, 2022b. p. 19-29.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100015>

MAINARDES, J.; STREMEL, S. (org.). **Education policy research: Epistemological and Theoretical Issues**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

MAINARDES, J.; STREMEL, S. A Política Educacional na década 2010 a 2020: análise de publicações. **Exitus**, Santarém, v. 11, p. 1-22, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2015v1n1ID1634>

MAINARDES, J.; TELLO, C. A pesquisa no campo da política educacional: explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [s. l.], v. 24, n. 75, p. 1-16, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2331>

MCLENNAN, G. Post-Marxism and the “four sins” of modernist theorizing. **New Left Review**, London, v. 218, p. 53-74, 1996.

MOLLA, T. Estudos críticos de políticas educacionais: um panorama. *In*: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (org.). **Pesquisa em políticas educacionais**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2024. p. 147-197.

SAVAGE, G. C.; GERRARD, J.; GALE, T.; MOLLA, T. A política da sociologia crítica das políticas: mobilidades, amarras e redes de elite. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.19696.001>

Recebido em 24/09/2024

Versão corrigida recebida em 26/10/2024

Aceito: 27/10/2024

Publicado online: 30/10/2024